



ANALFABETISMO ECOLÓGICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: impactos gerados na vida camponesa e na produção de alimentos

Gilson Marinho Brito - UFMA¹
Jackeline Vieira de Souza - UFMA²
Catiane Cinelli - UFMA³

RESUMO

Este estudo analisa ações do capitalismo na agricultura e seus diferentes impactos nas comunidades camponesas a partir do analfabetismo ecológico. Partimos da experiência de duas pessoas jovens que viveram no campo e hoje vivenciam estudos no curso de Pedagogia, podendo refletir sobre a realidade vivida. Para enriquecer a análise, trazemos as ações governamentais, os movimentos sociais e as obras que contribuem com as discussões sobre as mudanças no campo geradas pela comercialização industrializada de recursos originários do solo. Com isso, relacionamos uma cadeia estrutural de poder que influencia atividades que priorizam o acúmulo de capital acima do bem-estar e do equilíbrio ecológico. Assim, temos uma compreensão dos obstáculos que a construção de uma agricultura ecológica enfrenta ao praticar ações para superação do agronegócio.

Palavras-chave: Analfabetismo ecológico; educação; impactos climáticos; agricultura camponesa familiar.

INTRODUÇÃO

O capitalismo se apresenta no espaço rural provocando mudanças significativas no viver das pessoas do campo, transformando a fonte de subsistência de muitas famílias em lucro financeiro, substituindo o trabalho do ser humano pela mecanização no manejo da terra, para atender a demanda do consumismo da sociedade capitalista. Isso ocasiona uma busca predatória de recursos naturais, fazendo com que a sustentabilidade do ecossistema esteja em desequilíbrio constante. O agronegócio é a representação do capitalismo no campo, monopolizando o uso desses recursos e dos territórios e se apropriando da identidade camponesa.

Seguindo a visão de Fritjof Capra (2006), a sociedade capitalista estaria enfrentando o analfabetismo ecológico, pois não possui uma compreensão das ações humanas na exploração

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências de Imperatriz), Brasil. E-mail: gilson.mb@discente.ufma.br

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências de Imperatriz), Brasil. E-mail: jackeline.vieira@discente.ufma.br

³ Professora no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (Centro de Ciências de Imperatriz), Brasil. E-mail: catiane.c@ufma.br

do meio ambiente de forma insustentável. É necessário, portanto, enfrentar essa problemática e possibilitar que a sociedade se torne consciente da emergência climática causada pelo agro-hidro-minério-negócio⁴.

Assim, o interesse principal deste estudo é propor uma análise das ações relacionadas ao analfabetismo ecológico aliado à busca incessante por capital financeiro das elites e seus efeitos no meio ambiente e na produção de alimentos pelos camponeses. É difícil que uma agricultura seja 100% sustentável, mas diferentemente da agricultura industrializada e sua procura constante por capital, a agricultura camponesa familiar, assim como outros tipos de agriculturas que tentam diminuir os impactos ambientais, pode percorrer um caminho distinto dos barões do campo. Isso depende do meio no qual ela está sendo implementada, sendo necessária uma ampla rede de comunicação e o desenvolvimento de técnicas menos invasivas, possibilitando rápida recuperação do solo, diversificação de produção e rendas favoráveis. É necessária, portanto, uma gama de conhecimentos sobre como desenvolver o saber camponês.

Capra (2006), em seu livro “A teia da vida”, afirma a necessidade de alfabetizar ecologicamente a sociedade como um todo, das crianças aos nossos representantes políticos, para se pensar em construir uma sociedade humana sustentável.

Reconectar-se com a teia da vida significa reconstruir, nutrir e educar sociedades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e necessidades sem diminuir as chances das futuras gerações. Para realizar essa tarefa, podemos aprender valiosas lições extraídas do estudo do ecossistema, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais e microrganismos. Para compreender essas lições, precisamos aprender os princípios básicos da ecologia. Precisamos nos tornar, por assim dizer, ecologicamente alfabetizados, ou “ecoalfabetizados”, o que significa entender os princípios da organização das comunidades ecológicas, “Ecossistemas”, e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. Precisamos revitalizar nossas comunidades – inclusive nossas comunidades educativas, comerciais e políticas – de modo que os princípios da ecologia se manifestem nela como princípios da educação, administração e de política (Capra, 2006, p. 218).

O presente artigo justifica-se por inserir-se nas discussões sobre os impactos climáticos que estão sendo gerados pelo analfabetismo ecológico instaurado no campo e no pensamento de comunidades agrícolas mais limitadas. Os dominantes, nesse caso os ruralistas, têm usado o agravante do analfabetismo ecológico como meio para se fortalecer e impor seu poder,

⁴ Compreende-se hoje que o agronegócio, o hidronegócio e a mineração agem de forma articulada, o que gera destruição e desastre ambiental, com emergências climáticas mais evidentes a cada dia.



oprimindo os pequenos produtores rurais e seus meios de produção, vistos como ameaça para os grandes detentores de terras.

Este trabalho, que também visa fortalecer os estudos acerca desse tema, parte da motivação pessoal de duas pessoas jovens que nasceram em comunidade camponesa, em território fruto da luta pela Reforma Agrária, e no decorrer de sua infância e adolescência foram percebendo a ação do agronegócio na comunidade, impactando a vida social, cultural e ambiental, alterando, enfim, o modo de vida das famílias camponesas. A partir do momento que ingressaram na universidade, no curso de Pedagogia, passaram a refletir sobre a educação e seu papel para a transformação da realidade, chegando, dessa forma, à discussão do analfabetismo ecológico.

Preservar a agricultura camponesa familiar torna-se cada vez mais necessário, uma vez que, segundo o G1, ela foi responsável por produzir cerca de 70% dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros só em 2014. O produtor rural possui um comprometimento com a recuperação e produção do solo, levando comida de qualidade para o consumidor final e geração de renda, ao contrário do agronegócio que, apesar de contribuir com o PIB nacional, é o maior responsável pelo desmatamento, que correspondeu a aproximadamente 95% da devastação da vegetação nativa do Brasil, segundo as fontes do Relatório Anual de Desmatamento-RAD, do MapBiomas, em 2022.

Concentrar esforços em busca de um futuro mais ecológico tem se tornando uma tarefa cada vez mais difícil para os pequenos agricultores que tentam resistir às adversidades do mercado e dar continuidade ao seu modo de plantar alimentos de maneira ambientalmente correta. Os espaços de produção são injustos, pois grupos de latifundiários conseguem receber auxílio de grandes bancos e, até mesmo, de consórcios governamentais, possibilitando o uso excessivo de agrotóxicos e a devastação de extensas áreas verdes, em muitos casos, reservas florestais, para o cultivo de monoculturas, sem haver a devida fiscalização e penalização em caso de infração.

Por seu turno, a agricultura camponesa familiar enfrenta dificuldades, desde a indisponibilização de terras até a venda da safra com mercado restrito e dificuldades de acesso a recursos financeiros por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), estabelecendo limites de créditos que são insuficientes para restaurar lavouras ou minimizar impactos negativos gerados pelo desequilíbrio do clima, além de burocracia excessiva.



Assim, legitimizar estudos sobre um tema como este se torna necessário, apesar de sua complexidade, visto que é importante haver uma abertura para discussões em âmbito global sobre a crise climática que a humanidade está enfrentando. Portanto, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral têm responsabilidade com esse tema que impacta toda cadeia social. Desse modo, é necessário discutir tanto causas como consequências, de forma consciente que vise promover situações viáveis para o combate ao analfabetismo ecológico na sociedade capitalista, assim como repensar a agricultura de um modo mais sustentável, que não esteja interessada apenas na obtenção de lucro excessivo ou na marginalização de ecoculturas diversas.

O Brasil, que por sinal está prestes a receber um evento extremamente importante como a COP30⁵, vive um movimento contrário, pois vêm se intensificando debates a favor de propostas que violam o bem-estar do solo, assim como legitimam a invasão de espaços de comunidades indígenas, a apropriação de terras de pequenos agricultores e o desmatamento em larga escala, que concentram poder nas mãos do agronegócio.

Este estudo tem como objetivo analisar ações do capitalismo na agricultura e seus diferentes impactos nas comunidades camponesas. Serão analisados os impactos econômicos, sociais e ambientais, buscando compreender as dificuldades enfrentadas por agricultores em um sistema capitalista que, muitas vezes, privilegia grandes produtores e o uso de técnicas agrícolas intensivas em detrimento das práticas tradicionais e sustentáveis. A pesquisa discute ainda como o analfabetismo ecológico vigente nas comunidades rurais afeta a vida e a produção de alimentos.

A proposta é compreender as dinâmicas de poder nos espaços rurais a partir da percepção do conceito de “Campo” de Pierre Bourdieu, que compreendia que existem campos de disputas simbólicas nas relações sociais. “O poder simbólico” é um dos mecanismos de manutenção do poder da classe dominante sobre o dominado, é uma forma também de legitimar a violência dominante-dominado, ratificando no cenário cultural a valorização do papel social promovido pelo fator econômico, através da propaganda nas mídias do latifundiário em detrimento do perfil social do camponês. Portanto, vamos agregar as percepções das formas de

⁵ “A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. Suas decisões, coletivas e consensuais, só podem ser tomadas se forem aceitas unanimemente pelas Partes, sendo soberanas e valendo para todos os países signatários”. No ano de 2025, o Brasil sediará a trigésima edição que acontecerá na Amazônia brasileira (Brasil, 2025).

poder que fomentam a construção de um espaço de violência no campo, das mais variadas formas.

O método científico utilizado na construção deste artigo adota a abordagem qualitativa, em análise de material de referência bibliográfica, tais como artigos, literatura sobre o tema abordado e *sites* de notícias, além de páginas governamentais, na tentativa de desenvolver o estudo e compreender os fatores agravantes.

Educação e analfabetismo ecológico

Discutir os desafios gerados pelos impactos climáticos nem sempre tem uma abordagem simples, com fórmulas definidas, pois necessita tanto de políticas públicas como de uma rede de estímulos para as comunidades sobre a importância da adoção de medidas menos invasivas no meio ambiente para que seja viável a integração entre a sociedade e a natureza. Mas como moldar uma base educacional voltada para o analfabetismo ecológico quando o único meio de sobrevivência do capitalismo é a degradação ambiental? Como preservar o saber das pessoas do campo, conciliando-o com tecnologias benéficas para uma produção sustentável sem causar a perda de identidade de sua cultura e tradições? Como despertar o respeito e a valorização do trabalhador rural pela sociedade em geral? E, por fim, como garantir que esse camponês não seja uma vítima da educação burguesa que prepara todos os indivíduos, independentemente de estarem em espaços rurais ou urbanos, para o trabalho mecanizado das fábricas, deixando-os à mercê de uma realidade à qual não pertencem já que não possuem as experiências dos grandes centros?

É esse contexto que tornou necessária uma roda de discussões acerca do primeiro questionamento, visto que a falta de uma educação ecológica em âmbito nacional torna precário o modo de vida que busca a preservação ambiental e alerta para os riscos que estão dificultando a produção agrícola. O negacionismo surge como o resultado de um sistema educacional falho, que não vê a formação de um cidadão ecologicamente responsável como algo prioritário, e torna-se, então, um potencializador de discursos favoráveis ao interesse capitalista.

A forma de trabalhar a educação no campo nasce com certa carência relativa à estrutura e má formação pedagógica dos profissionais, que não são devidamente qualificados com a visão ampla sobre o âmbito comunitário camponês. Há uma corrente educacional urbana estabelecida dentro das comunidades rurais, que acaba ocasionando a substituição do seu conhecimento e



cultura, gerando, por exemplo, a perda da identidade expressa no abandono de tradições como a ciranda infantil, as contações de histórias e a relação com o meio ambiente. Acontece então a quebra da consciência da realidade, fazendo com que o sujeito perca o interesse por lutas de movimentos sociais que trabalham por uma emancipação do trabalhador no campo.

Para derrotar a pedagogia pró-sistêmica encaminhada pelas diversas expressões do capital, os movimentos que apontam autoformação das classes e na luta pelo público têm ampliado seus próprios espaços educativos nos moldes preconizados por Gramsci (2000): o “partido” como educador coletivo capaz de elevar a consciência social para o momento ético-político (Lerher; Motta; Cardoso et.al., 2013, p. 582).

O processo de educação, nesse caso, costuma ser influenciado por uma série de fatores resultantes do analfabetismo ecológico, mantido como uma forma de controle, assim o camponês e a camponesa tornam-se vulneráveis à demanda do mercado capitalista desenfreado. Contudo, não se deve pensar esse processo como algo involuntário, pelo contrário, o agronegócio é o responsável por boa parte do aquecimento global, da devastação de áreas verdes e da contaminação do solo, água e corpos.

Estabelecer uma comunicação com o pequeno agricultor faz-se necessário, visto que, onde a parceria entre camponeses acontece, a realidade no meio rural costuma ser outra. Ainda mais porque a agricultura camponesa familiar encontra-se oprimida pelo agro, um setor ultra mecanizado que estabelece barreiras na oferta de empregos, que se apresenta como uma concorrência injusta na captação de recursos públicos e privados e gera dificuldades na comercialização da produção, assim como altos gastos na implementação da agricultura camponesa. Há, conseqüentemente, insegurança financeira, uma vez que não se tem uma renda fixa ou um retorno viável através das colheitas.

É necessária a luta pelo acesso à terra, ainda que haja medo da violência dos latifundiários, que promove a marginalização dos movimentos sociais e afasta o pequeno produtor da busca por direitos, além de gerar a descrença popular na agroecologia e nas formas sustentáveis de produção.

Nesse cenário, como

referência de futuro, a educação dos trabalhadores, a educação do campo recoloca desde sua luta específica a questão sempre adiada na história brasileira da efetiva universalização do direito à educação, tencionando na esfera política formas e conteúdo de ações do Estado nessa direção (Caldart, 2012, p. 263).

Outro aspecto interessante de mencionar é o uso do analfabetismo ecológico com a finalidade de dominar a mentalidade social, que não se limita pela barreira do campo ou da cidade. Essa estratégia se apresenta de forma sutil através de componentes essenciais da cultura, como a arte, o cinema, a literatura e a música. Esta última abrange especialmente o sertanejo que, ao longo do tempo, sofreu alterações e passou a ser chamado de sertanejo universitário até chegar a sua forma atual, o “agronejo”. É preciso notar que, apesar das transformações e da tentativa de independência em relação aos outros dois estilos citados, o “agronejo” está focado em promover, por meio de suas letras, a exaltação do agronegócio e da vida luxuosa das pessoas pertencentes a esse segmento. Isso enquanto substitui a história do gênero que costumava retratar a realidade dura do homem da roça e narrar as histórias locais, conservando a memória dos ancestrais, além de ser referência do orgulho de ser “caipira” e ter prazer com as coisas básicas.

A divulgação em massa desse tipo de conteúdo vem ao encontro de *slogans* alienantes utilizados pela mídia burguesa, como, por exemplo, o famoso “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, apresentado inicialmente em 2016 pela Rede Globo de Televisão e patrocinado pela JBS, gigante brasileira do polo pecuarista, visando ao fortalecimento do setor ao estabelecer no imaginário social o agronegócio como sendo o principal responsável pela garantia da oferta de alimentos no mercado interno brasileiro.

O camponês representa uma imagem de resistência às mais variadas formas de opressão vividas no campo, sendo responsável pela preservação do ambiente, do conhecimento e da cultura local, bem como dos meios de agriculturas alternativas e ecologicamente sustentáveis integradas com a natureza em um mundo em constante declínio ambiental e que enfrenta uma preocupante crise climática.

Muitas vezes, o camponês também é erroneamente retratado como um cidadão isolado das tecnologias dominantes no mundo globalizado, pensamento presente nas grandes massas urbanas, que é fortalecido com estereótipos da mídia burguesa. Entretanto, podemos assegurar que esse mesmo indivíduo, na verdade, é uma vítima do domínio intelectual, econômico, social e cultural burguês, enfrentando dificuldades estabelecidas no acesso a uma educação libertária, tão qual defendida por Paulo Freire. A educação a que tem tido acesso está quase sempre distanciada de sua realidade e espaço geográfico, enquanto seus saberes, adquiridos de gerações anteriores, não têm credibilidade, sendo substituídos por uma educação que está longe de representar a realidade do campo, o que, conseqüentemente, afeta a sua vida e a produção de

alimentos. Enquanto isso, a classe dominante prioriza uma educação qualificada para que seus filhos continuem mantendo o controle organizacional e um coronelismo que se adaptou às exigências capitalistas do Brasil emergente.

Assim, produzir alimentos orgânicos nas fronteiras agrícolas, atendendo à exigência do mercado de transação das riquezas exploradas da terra, tornou-se um desafio para o produtor de alimentos da agricultura camponesa familiar, visto que a agropecuária dominada pelo mercado internacional desse segmento exige ações que priorizem o lucro acima do equilíbrio ecológico. A fim de que essa demanda seja cumprida, cria-se a necessidade de adotar o uso de pesticidas, herbicidas e outras substâncias químicas para o controle de pragas, possibilitando o cultivo durante todo o ano, independentemente da estação. No entanto, essas substâncias afetam o cultivo da agricultura familiar e, além de empobrecerem o solo, contaminam as fontes de águas, devastam a vegetação nativa e acabam interferindo no ciclo natural dos polinizadores, como abelhas e insetos, que são essenciais para o processo natural de fertilização do solo.

Analfabetismo ecológico e impactos climáticos

No artigo “O testamento agrícola de Sir Albert Howard: aporte para uma discussão sobre sustentabilidade no campo”, o autor Tarcísio Vanderline (2008) destaca as constatações do Sir Albert Howard sobre o declínio da sustentabilidade com o uso do solo agrícola pela agricultura industrializada, principalmente com a apropriação da ciência por parte de fazendeiros para o aceleramento da recuperação do solo, utilizando adubos artificiais em substituição de decomposição de matéria-prima. Para o autor, essa prática estaria envenenando o solo do mundo todo. Ele afirma que a transformação da fertilidade do solo em capital econômico de fazendeiros estaria iniciando a falência da agricultura, exigindo uma restauração do solo em cada unidade de produção para sustentar essa prática intensiva. Caso isso não ocorra, resultará na perda do maior capital humano: o solo agrícola.

Além disso, os produtores enfrentam instabilidade na produção de alimentos saudáveis devido à interferência da agricultura mecanizada no meio ambiente e à violência legitimada pela ineficiência do Estado em mediar os conflitos desses dois grupos antagônicos: campesinato e agronegócio. Portanto, a agricultura familiar torna-se um ato de resistência da sabedoria do homem e da mulher do campo no manejo da terra.



A conferência do Rio-92 (Rio de Janeiro, 1992) foi um momento de estabelecimento de acordo entre o Brasil e outras nações participantes para assinar um termo que atesta a obrigação de todos os Estados (e outras constelações geopolíticas) de aderirem a medidas de proteção ambiental, a fim de garantir a sobrevivência da espécie humana e condições dignas para as futuras gerações. Isso implica não só a responsabilidade de adotar medidas de preservação ambiental, mas também de fiscalizar atividades que agridem o meio ambiente, como é o caso da agricultura de monocultura.

Segundo a Constituição de 1988, é dever do Estado controlar a produção e a comercialização de técnicas, métodos e substâncias químicas que podem oferecer riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Essa medida é recente, tendo surgido com a Revolução Industrial e é necessária porque, segundo comprova a ciência, o uso dos agrotóxicos e de outras substâncias químicas para controle de pragas na agricultura oferece riscos para a saúde humana e para o meio ambiente.

Os agrotóxicos não podem ser compreendidos senão como uma arma de uma guerra não declarada, cujas vítimas humanas e não humanas são ocultadas por uma ciência cercada por interesses econômicos ou justificadas por esta mesma ciência como efeitos colaterais do emprego de uma tecnologia apresentada como indispensável (Petersen, 2015, p. 27).

A Lei nº 14.785/2023, que revogou a Lei nº 7.802/1989, regulamenta o uso de agrotóxicos no Brasil. Ela determina como comunicar à população sobre o alvo biológico e como realizar a análise, a avaliação, a comunicação e a gestão de riscos, entre outras ações que protejam a saúde e o bem-estar da sociedade ambiental. Contudo, alguns movimentos do campo que se manifestaram acerca dessa temática, como o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, alegam que essa lei flexibilizou o uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas, possibilitando que haja mais agrotóxicos na mesa dos brasileiros.

Essa discussão sobre agrotóxicos carece de informações claras sobre seus impactos ambientais e na saúde humana, e a sociedade necessita de consciência coletiva sobre a educação ambiental para proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 estabelece que o poder público deve promover uma educação ambiental em todos os níveis de ensino, formando futuros cidadãos alfabetizados ecologicamente. Contudo, quando a constituição estabelece a proteção do ecossistema, refere-se apenas a uma relação animal-ambiente.



Embora existam leis sobre educação ambiental antes de 1988, não há uma efetivação nas comunidades rurais. Como essa lei conecta a realidade do sujeito do campo? O Estado cumpre com o seu dever com a população?

Nessa perspectiva, o artigo “Educação no campo e agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções” traz uma reflexão sobre essa conexão Constituição-ecologia-educação ambiental. Na percepção do autor, só é possível desenvolver uma educação no campo e uma educação agroecológica com a participação efetiva das classes populares. Desse modo, segundo ele, a educação ambiental será alcançada se as classes marginalizadas se engajarem em uma luta por esse direito, pois essa mobilização não partirá dos representantes políticos, que estão sob a influência do principal agente criador de barreiras, o agronegócio, para que essas políticas não cheguem a essas comunidades. Destaca-se, nesse sentido, o papel dos movimentos sociais na luta por direitos e conquistas.

A alienação política encontra sua origem no facto de só ser possível aos agentes isolados - sobretudo por estarem mais desprovidos simbolicamente - constituírem como um grupo, quer dizer, como força capaz de se fazer ouvir no campo político, desapossando-se em proveito de um aparelho, no facto de ser sempre preciso ariscar desapossamento político para escapar ao desapossamento político (Bourdieu, 2007, p. 158).

Nesse viés, destaca-se novamente o papel fundamental dos movimentos sociais do campo em defesa dos grupos marginalizados das comunidades rurais, que resulta em sua participação direta no acesso a programas que promovem o cultivo da agricultura familiar. Isso porque, muitas vezes, esses grupos não obtêm as informações de que precisam sobre esses programas, tornando necessária a participação desses movimentos. Compreender essas dinâmicas de representação política auxilia a entender melhor a existência da formação de uma sociedade organizada que busca, na materialização do direito constituinte, pressionar o poder público para atender demandas rurais, como a educação do e no campo, a saúde ambiental e humana, e atuar na resistência contra grupos que fomentam a violência nesses espaços. E são os movimentos sociais que propõem a agroecologia como prática de superação dessas contradições.

É importante reafirmar que ao trabalhar a agroecologia com as crianças, jovens e adultos, as escolas estarão formando sujeitos com apropriação teórica e prática para contribuir na transformação de seu meio, ou seja, transformar assentamentos e acampamentos em territórios livres de veneno, com mais saúde, biodiversidade e



melhores relações entre pessoas e a natureza, contribuindo, assim, para a construção de Reforma Agrária Popular (Ribeiro et al., 2017. p. 11).

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Brasil possui 27 programas e políticas de apoio à agricultura, como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que disponibiliza linhas de crédito para o desenvolvimento agrícola; e o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), que permite o acesso de todos os agricultores e empreendedores familiares a políticas públicas destinadas a esse segmento; entre outros. Portanto, há iniciativas do Estado brasileiro em criar programas de apoio a atividades camponesas, entretanto sua implementação é ineficiente.

Segundo Priscila Souza e Amanda de Albuquerque, no texto “Agricultura familiar brasileira: desigualdades no acesso ao crédito” (2023), a principal política agropecuária brasileira é o crédito rural – R\$ 13,6 bilhões no Plano Safra 2023/2024, dos quais R\$ 8,5 bilhões devem subsidiar o PRONAF, que deve priorizar pequenos produtores no cenário de enfrentamentos à crise climática. Entretanto, existe uma disparidade de linhas de crédito, pois, por exemplo, dos 20% dos produtores entre 10 e 100 hectares que tomam crédito, 10% é da Região Sul tem valor por hectare de R\$ 1.451; enquanto na Região Norte o valor é de R\$ 83. O texto também aponta que existem diferenças em relação aos produtos milho, trigo e soja, os quais possuem o maior financiamento, representando 40% do valor da renda dos produtores da agricultura familiar.

De acordo com as informações do artigo, existe favorecimento desse programa em atender atividades que são práxis do agronegócio, distanciando-se de sua finalidade que é apoiar pequenos agricultores que sofrem com drásticas mudanças climáticas. Ou seja, mesmo com a participação das atividades camponesas no PIB brasileiro e na sustentabilidade, elas não são priorizadas em linhas de investimentos, colocando em risco os empregos e a renda e gerando a diminuição da oferta de alimentos no mercado e, por consequência, o aumento dos preços desses alimentos. Vale ressaltar ainda a importância desses programas na permanência das pessoas no campo, garantindo renda e dignidade.

O Estado brasileiro também possui iniciativas em políticas ambientais que visam à preservação e recuperação da biodiversidade. Foram identificadas, inicialmente, 27 políticas nesse segmento, como: a Política Nacional do Meio ambiente, de 1981; o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente, de 1986; o Programa Federal de Manejo Florestal



Comunitário e Familiar (PMCF), de 2009; e o Plano Nacional para a Conservação dos Insetos Polinizadores, de 2022; entre outros. Com isso, não podemos negar que existem ações governamentais para apoio às atividades camponesas e à conservação ambiental, mas essas ações precisam chegar ao seu público-alvo de forma mais eficiente.

A sociedade como um todo tem o dever de fiscalizar todas essas políticas e, nesse sentido, evidencia-se novamente a importância dos movimentos sociais em fiscalizar e pressionar o poder público em busca de melhorias nesses programas e políticas e na valorização das atividades agrícolas camponesas no bem-estar social, provendo a mesa dos brasileiros de alimentos saudáveis. Entretanto, é preciso lembrar que essas representações acontecem em meio a um jogo de interesses político-econômicos que visam lucrar com a exploração predatória de recursos naturais.

Não à toa, o cotidiano dos assentamentos rurais é marcado por violência e pela presença constante de forças policiais representando a elite rural e forças sociais que diariamente disputam a permanência com o poder local, na construção política, social e econômico nessas comunidades. Assim, esses movimentos se tornam porta-vozes das mazelas enfrentadas nesses locais. Além disso, denunciam a ineficiência de programas que têm uma metodologia que não se conecta aos saberes culturais dos agricultores, dificultando a sua implementação.

As mudanças das relações de poder na sociedade influenciada pelo capitalismo trouxeram uma nova exigência para os movimentos sociais que não só devem lutar pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais, mas promover um resgate da identidade do homem do campo que, devido a interferências do capitalismo urbano, tem perdido o seu pertencimento, ficando assim suscetível à manipulação do coronelismo implementada pelo empresariado agrário. Portanto, o processo em que ocorre a concretização do direito à posse da terra, com a influência constante desses empresários que aparelham o Estado com programas e projetos agrários que desconectam o saber científico e o saber local, gera uma noção alheia à realidade vivida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse exposto, é necessário refletir sobre a educação agroecológica no Brasil como mecanismo de conscientização para maior preservação do meio ambiente e tornando uma

barreira no avanço do capitalismo e seus impactos permanentes no ecossistema, assim configurando as relações sociais do campo agrícola.

Este artigo teve a preocupação de compreender as circunstâncias que levaram ao atual cenário da produção agrícola no país, a partir de barreiras impostas ao agricultor familiar, reconhecendo seu papel fundamental na luta pelo bem-estar do meio ambiente. Nesse sentido, trazemos uma leitura da complexa rede de agentes que contribuíram para as crises climáticas enfrentadas em âmbito global.

Nesse sentido, compreendemos a contradição nas ações do Estado em promover maior sustentabilidade, ao mesmo tempo em que assume o compromisso de proteger o meio ambiente, destina grande parte de seus investimentos financeiros a atividades do agronegócio e encontra grande dificuldade em dialogar com lideranças camponesas na implementação de um maior apoio financeiro a agricultura familiar camponesa que tem menos impactos na natureza.

Além disso, os agricultores não têm suas demandas assistidas de forma adequada pelo poder público, a valorização da cultura local interpassa pela alfabetização ecológica alinhada à assistência técnica para melhor gerenciamento da comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar camponesa. Essas questões provocam dificuldades de encontrar apoio e motivação na manutenção do cultivo devido o desequilíbrio ambiente e ausência de política pública em apoio a essa atividade.

Em conclusão, enfatizamos nesta pesquisa, a necessidade do poder público em oferecer uma educação que valorizem a cultura de camponeses e camponesas no trato com o solo agrícola, por sua vez, a sociedade civil brasileira contribuirá na preservação do meio ambiente e da soberania alimentar, além disso, precisa também colocar a agricultura familiar camponesa no papel fundamental de enfrentamento a degradação do solo agrícola e o “alfabetismo ecológico”.

REFERÊNCIAS

Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil e melhora a qualidade de comida servida em escolas de Castro. Portal G1, Paraná, 12 de janeiro de 2024. Tecnologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-ferais-sul/agro-riqueza/noticias/2024/01/12>



ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. Estado e movimentos sociais no campo: a trama para a construção conjunta de uma política pública no Maranhão. 2010.

BORDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk. 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. p. 158.

CALDART, R, S. et al. (Org). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CANOTILHO, J. J Gomes; LEITE, José Rubens Morato. Direito constitucional ambiental. 6ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos seres vivos. Editora Cultrix: São Paulo, 2006.

Catálogo - Meio Ambiente. Disponível em: <https://catalogo.epea.gov.br/arca-tematica/17/meio-ambiente>.

Conheça as políticas e programas do MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07> .

FERRARI, E. A; OLIVEIR, M. M. Educação do campo e agroecologia: possibilidades de articulação a partir da identidade e diversidade em suas concepções e práticas. Revista Brasileira de Educação no Campo, 2019.

FONSECA, F.M.; DUSO, L; HOFFMANN, M.B. Discutindo a temática agrotóxicos: uma abordagem por meio das controvérsias sociocientíficas. Revista Brasileira de Educação no Campo. 2017.

Inconstitucionalidade da Lei do “Pacote do Veneno” é questionada em ação no STF. Disponível em: <https://mst.org.br/1024/08/15inconstitucionalidade-lei-do-veneno>

LEHER, R.; MOTTA, V.C. et al. (Org). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ONU News (2925). Secas e geadas no Brasil contribuem para a alta global de preços de café. Clima e meio ambiente. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/03/1846226>

PETERSEN, Paulo. Prefácio. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira (org). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSIV; São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Projeto MAP – Bioma - Coleção da Série: Desmatamento dos biomas do Brasil cresceu 22,03% em 2022. Acessado em: 28 de março de 2025. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/06/12/desmatamento-nos-biomas-do-brasil-cresceu-223>



RIBEIRO, Dionara Soares et al. Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOUZA, Priscila; ALBUQUERQUE, Amanda. Agricultura familiar brasileira: desigualdades no acesso ao crédito. Climate Policy Initiative. 2023.

VANDERLINE, Tarcísio. O testamento agrícola do Sir Albert Howard: a ponte para a discussão sobre a sustentabilidade no campo. Revista Espaço Rural. 2008.